

Os Militares da Revolução de abril de 1974 e a Rádio: “Aqui Posto de Comando do MFA”¹

Ana Isabel REIS²

Helena LIMA³

Universidade do Porto, Porto, Portugal

Resumo

É reconhecido o papel que a rádio teve na Revolução de 1974 em Portugal. A rádio era ainda o medium privilegiado da época, num país em que a taxa de analfabetismo era elevada e a televisão ainda não tinha conseguido entrar em todos os lares. Os militares contaram com a convivência de jornalistas, técnicos e locutores das emissoras para transmitirem as senhas que deram início ao movimento militar que derrubou a ditadura do Estado Novo, e depois para falarem à população e anunciarem a rendição do governo de Marcelo Caetano. A rádio transformou-se no Posto de Comando dos revoltosos e é responsável por alguns dos símbolos sonoros que identificam o 25 de Abril. O papel da rádio na Revolução do 25 de Abril de 1974 está ainda pouco estudado. O que aqui apresentamos é um estudo preliminar que cruza informações dispersas que foram sendo publicadas e emitidas nos últimos 40 anos, e a análise das reportagens radiofónicas feitas no dia 25.

Palavras-chave: rádio; 25 de Abril; jornalismo; militares

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorada, Professora Auxiliar do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, email: areis@letras.up.pt; aisabelreis@gmail.com.

³ Doutorada, Professora Auxiliar do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Investigadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), email: hllima@letras.up.pt; hllima@gmail.com

Introdução

A mídia teve um papel fundamental na Revolução do 25 de Abril de 1974, em especial as rádios que assumiram um protagonismo ímpar no desenrolar dos acontecimentos. Foi com a conivência da rádio que se preparou a Revolução, foi através da rádio que se deu início às movimentações militares e foi a rádio que foi transformada no posto de comando dos revoltosos. Foi ainda pela rádio que a população soube da Revolução em curso e foi sendo informada do que se estava a passar. A importância do meio radiofónico nos anos 70 radica não só na elevada percentagem de analfabetismo do país, mas também nos altos níveis de audiência do meio numa altura em que a televisão ainda não tinha conquistado em pleno os lares portugueses. Apesar do antigo regime não ter inicialmente valorizado a rádio, ela tornou-se um dos instrumentos de propaganda do Estado Novo, tendo-se verificado uma intensificação da censura no período marcelista (1969/1974) (VIEIRA, 2010; RIBEIRO, 2002; CRISTO, 2005; FERREIRA, 2013). A rádio tornava-se então “mais virada para a vida”, uma “nova rádio” mais contestatária, com os programas noturnos a transformarem-se no novo horário nobre (CRISTO, 2005). Assim, a rádio foi o meio escolhido pelo Movimento das Forças Armadas para comunicar entre si e informar os cidadãos dos seus objetivos e dos desenvolvimentos das operações militares (MAIA, 1999; RIBEIRO, 2002). Na madrugada do 25 de Abril de 1974, a canção “E depois do Adeus” nos Emissores Associados de Lisboa foi o sinal de avanço para os militares e a “Grândola Vila Morena” na Rádio Renascença foi a senha de confirmação. O primeiro comunicado do MFA foi emitido ainda de madrugada, na Rádio Clube Português que se transformou no Posto de Comando da Revolução.

O papel fundamental das rádios deve-se não só à conjuntura da época, mas também à conivência dos homens e das mulheres que trabalhavam nas emissoras e que acabaram por ser eles a decidir o que são hoje os símbolos sonoros da Revolução de 74 que nos acompanham até hoje. Por outro lado, no decorrer do dia 25 foram os repórteres da rádio que registaram e difundiram para a audiência todos os momentos de uma nova etapa da história portuguesa: as conversações entre militares, as manifestações populares, a libertação dos presos políticos, a prisão dos agentes da polícia secreta PIDE ou da rendição do governo de Marcelo Caetano. A agilidade da reportagem e a possibilidade da

transmissão em direto, conferiram à rádio uma centralidade indiscutível nos acontecimentos da Revolução de abril, mas também no período subsequente. Essa importância é patente, não só na forma como militares, políticos e jornalistas entenderam a sua função (RIBEIRO, 2002; MAIA, 1999; VIEIRA, 2010), mas também pelas transformações na programação e informação, resultantes desta conjuntura. A função da rádio na Revolução não está ainda aprofundada, no entanto, há uma quantidade de informação dispersa que foi sendo publicada ou emitida durante os últimos 40 anos. Tendo como pano de fundo todos estes fatores, propomo-nos apresentar um estudo preliminar sobre o papel da rádio na Revolução do 25 de Abril de 1974. O estudo resulta de uma dupla metodologia que se complementa: recolha e cruzamento de dados de entrevistas, depoimentos, debates, documentários e de reportagens emitidas pelos media nos últimos anos; de livros de autoria de radialistas, jornalistas e académicos; e a audição, categorização e análise das reportagens radiofónicas realizadas no dia 25.

Os Contextos

No início dos anos 70 a rádio era ainda o meio de comunicação dominante numa sociedade essencialmente rural e iletrada (RIBEIRO, 2005, p.310) e cuja taxa de analfabetismo era de 26%. Na época da revolução havia mais um milhão de aparelhos de rádio do que televisores e a taxa de penetração da rádio rondava os 88% (CRISTO, 2005; FERREIRA, 2013).

O panorama radiofónico português centrava-se em três grandes emissoras nacionais: o Rádio Clube Português (RCP), emissora privada propriedade da família Botelho Moniz, muito próxima do regime; a Emissora Nacional (EN), emissora pública; e a Rádio Renascença (RR), emissora católica. A par das três grandes existia na capital os Emissores Associados de Lisboa e no resto do país mais 8 pequenas rádios de âmbito mais local e que emitiam para áreas geográficas limitadas.

Na viragem para os anos 70, a rádio estava em transformação e, de certa forma, a criar as condições para ter o protagonismo que teve em 74: os horários de transmissão estenderam-se à madrugada dando lugar a uma emissão contínua de 24 horas sem interrupção; o formato dos noticiários alargados à hora certa, introduzido pelo RCP, foi

entretanto adotado pela RR e pela EN; novos profissionais surgiram vindos das colônias africanas e da Rádio Universidade, em Lisboa, e que se pautavam por um estilo menos formal, mais aberto, mais interativo em que era privilegiado o contato com os ouvintes. Cristo (2005) fala de uma “rádio nova” na passagem do Salazarismo para o Marcelismo, uma rádio que passa a interessar-se “pelo que ocorre fora das suas paredes” e que reivindica uma atitude ativa perante a realidade, ‘observadora, curiosa e crítica, uma rádio com alma’ (CRISTO, 2005,p.23). É nesta altura que nascem programas emblemáticos da história da rádio em Portugal. São programas ao estilo magazine com conteúdos puramente jornalísticos ou que intercalam a informação com a música de intérpretes ou compositores de intervenção. Alguns destes programas são realizados por produtoras independentes e eram emitidos no horário noturno. Os seus conteúdos, apesar de serem normalmente visados pela censura nem sempre obedeciam às políticas vigentes, e por não alinharem como a ditadura alguns eram periodicamente suspensos, assim como os seus jornalistas. Perante uma EN estagnada e mais controlada pelo poder (SANTOS, 2013, p.93) é sobretudo na RR, a menos submissa (RIBEIRO, 2002, p.33), e no RCP que nascem os programas mais marcantes da época. A sua audiência era sobretudo jovem e restrita, formada por uma elite mais informada da população que procurava notícias que escapassem ao crivo da censura, pelo que estes programas não terão contribuído decisivamente para consciencializar o público da situação do país (CRISTO, 2005; FERREIRA, 2013). Isto não significa que a rádio estava isenta de censura, era, tal como a televisão, controlada não tanto pelo lápis azul, como nos jornais, mas por “medidas preventivas” que asseguravam o controlo e a autocensura. As vozes discordantes não chegavam aos microfones, os presidentes dos órgãos de comunicação públicos eram nomeados pelo Presidente do Conselho e as administrações eram compostas por nomes próximos ao regime (FERREIRA, 2013, p.97-98) mesmo nas entidades privadas como era o caso do RCP.

Todas as estações funcionaram como veículo de propaganda do Estado Novo, eram a ‘voz do dono’ (CRISTO, 2005; FERREIRA, 2013; SEREJO, 2001; SANTOS, 2013), mas só na época marcelista a censura se intensifica e se instala nas redações das rádios, ao contrário do que sempre aconteceu na imprensa. No caso da Rádio Renascença, que emitiu a segunda senha para a revolução, os censores do Exame Prévio⁴ instalaram-se dias antes do

⁴ Exame Prévio é a nova designação da Comissão de Censura segundo a Lei de Imprensa de 1972, Decreto-Lei nº150/72, da qual emanam as “Instruções sobre o Exame Prévio”

dia 25 (RIBEIRO, 2002, p37; MAIA, 1999, p.34). Os programas noturnos da emissora católica estavam na mira da censura desde que fora emitido um comentário aos atentados nos Jogos Olímpicos de Munique o que gerara algum desconforto ao regime que exigiu a suspensão dos programas ‘Tempo Zip’ e ‘Página 1’, este último não voltaria a antena por decisão da equipa.

A notória fidelidade ao poder da EN é apontada como uma das causas para a perda da liderança das audiências, sendo ultrapassada pelo RCP. E, já nesta época, o crescimento da RR foi acentuado.⁵

No início dos anos 70 a programação da rádio era sobretudo virada para o entretenimento com os programas de humor a serem os grandes preferidos da audiência, ressalva-se, no entanto, o facto de serem mais ouvidos os programas ‘Parodiantes de Lisboa’ ou ‘A Voz dos Ridículos’ no Porto em que as piadas indiretas ao poder político ou codificadas eram a essência dos guiões.

No campo da mídia noticiosa, a imprensa ocupava um lugar de destaque. Vários jornais de circulação nacional sofriam os efeitos do exame prévio, bem como formas diferenciadas de controlo de informação. A Constituição Portuguesa de 1933 que definia os direitos cívicos contemplava também um regime de exceção para informação, sempre que a segurança do Estado pudesse ser ameaçada. A exceção foi a regra durante quase cerca de meio século, sendo posteriormente criada legislação avulsa que definia as competências dos censores. Durante todo esse período, a imprensa portuguesa teve atitudes diversas em relação ao regime ditatorial, mas a atuação dos censores, formas de auto condicionamento e medidas retaliatórias criaram um jornalismo submisso e com pouco espaço de manobra. Sempre que os jornais procuravam fugir a esta camisa-de-forças, as suspensões e a coerção económica ensinavam a obediência (LIMA, 2013). Só na fase final da ditadura, alguns jornais imprimiram algum dinamismo ao jornalismo português, em particular, os vespertinos de Lisboa (CORREIA, BATISTA, 2006), mas a maioria manteve-se adormecida e obediente.

O modelo censório imposto à imprensa foi replicado na rádio e na televisão, com as devidas adaptações. A televisão tardou em ser implementada, já que Salazar desconfiava

⁵ No início da década de 70 a EN terá passado dos 60% de audiência para os 50,1%, sendo ultrapassada pelo RCP que sobe dos 45% para os 50,5%. A RR passa dos 20% para os 39%. (Ferreira, 2013, p.15)

deste meio. Entraria lentamente nos lares portugueses a partir de 1957, sendo os períodos iniciais de emissão muito curtos e os noticiários previamente gravados.

A rádio do Portugal de 70 estava ainda muito presente no quotidiano da população que se identificava com a sua programação que, apesar da censura, passava mensagens codificadas, mais ou menos claras, de oposição à ditadura.

Já aqui se fez referência ao facto dos programas no período da noite serem assegurados por profissionais que não alinhavam com o regime. Pela facilidade do primeiro contacto, esse foi também um dos fatores que determinou a escolha das rádios para se associarem ao movimento militar. Naturalmente a Emissora Nacional foi excluída por um conjunto de razões, a principal por ser a emissora do estado, porque a sua ocupação poderia induzir a interpretações dúbias, isto é, que se tratava de uma revolta da extrema-direita. Além disso, o edifício encerrava durante a noite porque a EN não tinha emissão em direto durante a madrugada, os militares não a conheciam por dentro nem sabiam como era o seu funcionamento interno. Restavam o RCP, a RR e os Emissores Associados de Lisboa (EAL), todas tiveram o seu papel na Revolução, os seus profissionais contribuíram de forma decisiva para o desenrolar dos acontecimentos, e na escolha de alguns dos que se viriam a tornar os símbolos sonoros do 25 de Abril.

O derrube da ditadura permitiu o estabelecimento das liberdades cívicas entre as quais a liberdade de expressão, um dos pontos do programa do Movimento das Forças Armadas. Contudo, a imprensa nacional mostrou a sua faceta de aluno obediente, já que parte dos diários submeteu as provas à Comissão de Exame Prévio, fosse por desconhecimento do golpe militar ou por nem todos terem assumido esse ato de rebeldia. A revolução viria a transformar profundamente toda a atividade informativa. A primeira e mais óbvia das novidades prende-se com os próprios acontecimentos políticos, já que os jornalistas passaram a ter um enorme manancial de factos, *hardnews* (SCHLESINGER, 1987; BELL, 1991), que exigiam cobertura noticiosa. Pela primeira vez, as redações viram-se confrontadas com a necessidade de dar resposta a uma constante cadência informativa, por oposição ao marasmo vivido anteriormente. A televisão portuguesa não tinha ainda o dinamismo típico dos diretos e a informação era duplamente condicionada pelos entraves técnicos e pela total dependência do Estado. Caberia à rádio romper com a informação institucionalizada, não só pelo tipo de cobertura dos acontecimentos que foi feita, mas também pelas fontes identificadas neste estudo de caso. Nos jornais e na RTP há uma clara

preponderância das fontes oficiais e nesta última, pela simples razão de que foi ocupada pelos revoltosos. Quanto aos jornais, ainda tardariam algum tempo em conferir à reportagem e aos acontecimentos de rua o lugar de destaque que vieram a assumir.

O Papel da Rádio. Escolhas, decisões e madrugada

A participação das rádios no movimento militar estava definido desde o início. Otelo Saraiva de Carvalho⁶ e os restantes capitães tinham delineado um plano minucioso que apenas excluía a Emissora Nacional. Nesse sentido, decidiram estabelecer contactos informais com profissionais que já conheciam dos Emissores Associados de Lisboa (EAL) e do programa Limite da Rádio Renascença (RR) porque a sua oposição ao regime era pública. Foram estas duas rádios as escolhidas para emitirem as duas primeiras senhas para o movimento avançar. Os EAL, porque emitiam apenas para a zona da capital, dariam o sinal para os militares dos quartéis em Lisboa, enquanto a RR, com emissão nacional e mais potente, daria o sinal para o resto dos revoltosos dispersos pelo país. A escolha do Rádio Clube Português (RCP) deve-se à sua localização geográfica na capital, por estar perto edifícios públicos ou militares que iriam também ser ocupados. Outra das razões prende-se como facto de os militares conhecerem a rádio ‘por dentro’, já que dias antes alguns deles tinham estado nas suas instalações a pretexto de uma questão técnica para melhor conhecerem a sua logística, equipamentos, e funcionamento. Mas o que mais terá contribuído decisivamente na escolha foi o facto de o RCP ser a única emissora a ter um radiotelefone de ligação direta e um gerador, ou seja, caso fossem cortadas as comunicações e a energia havia autonomia e podia continuar-se a emissão. Otelo Saraiva de Carvalho acrescenta mais uma razão: o facto dos noticiários de hora a hora de madrugada serem emitidos para Portugal continental e para o Ultramar, pelo que, quando “quisesse transmitir o primeiro comunicado, estavam todos os emissores em cadeia” (MAIA, 1999, p.24).

Pesados todos estes fatores, os revoltosos iniciaram os primeiros contactos. Nos EAL era João Paulo Diniz da Rádio Alfabeta, que assegurava o programa noturno. O radialista tinha estado numa comissão de serviço militar na Guiné onde tinha conhecido

⁶ Otelo Saraiva de Carvalho foi o autor do plano operacional do 25 de Abril de 1974 e dirigiu as operações do movimento militar a partir do Quartel da Pontinha, o posto de comando clandestino da Revolução

Otelo Saraiva de Carvalho que nele confiava. Foi-lhe proposto que no seu programa ‘1-8-0’ passasse a música “Venham mais cinco” de Zeca Afonso, e que seria esta a primeira senha para os militares saírem dos quartéis. João Paulo Diniz aceitou, mas não concordando com a música escolhida, já que poderia levantar suspeitas, optando por “E depois do Adeus”, tinha representado Portugal no Festival da Eurovisão. Os militares concordam e dias mais tarde fica estabelecido que a senha seria emitida às 22H55.

Vinte e cinco minutos depois, na RR, seria emitida a senha de confirmação no programa ‘Limite’. Mais uma vez os militares contactam previamente um dos elementos da equipa, através de um jornalista do diário República que fez a ligação entre Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Albino, fazia parte da equipa daquele programa. Os militares voltam a propor para a senha “Venham mais cinco”, mas a canção estava na lista de canções proibidas pela censura, e daria demasiado nas vistas se passasse na rádio. Carlos Albino sugeriu outra música, a emblemática “Grândola, Vila Morena”, que os militares aceitaram. A hora combinada para a segunda senha é 00H20. Apesar do programa ser em direto a senha foi previamente gravada por Leite Vasconcelos, porque receou enganar-se ou que o nervosismo o denunciasse, uma vez que os censores estavam já na RR e, por coincidência, tinham mandado gravar a emissão do ‘Limite’ da madrugada do dia 25 para análise (MAIA, 1999,p. 33-34). De resto, todo o guião do programa em que foi emitida a segunda senha para a Revolução foi visado previamente pela censura.

“E depois do Adeus” nos EAL e a “Grândola, Vila Morena” na RR foram as duas senhas musicais que deram o sinal que os capitães precisavam para pôr em marcha o movimento militar. E são dois dos símbolos sonoros que marcam a Revolução até aos dias de hoje, mesmo além-fronteiras. A terceira seria emitida já no final da madrugada do dia 25 no RCP. Emitidas as duas senhas inicia-se o movimento militar, sendo ocupado o Rádio Clube Português às 3H12. Otelo Saraiva de Carvalho já tinha confessado a João Paulo Diniz dos EAL que era essa sua a intenção, para “fazer dali o posto para comandar o Movimento, radiofonicamente” (MAIA, 1999,p.30).

Ocupado o RCP às 4H26, o primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA) foi lido pelo jornalista de serviço, Joaquim Furtado. O espaço em antena foi ocupado por marchas militares intercaladas com comunicados para informar e apelar à população para permanecer em casa. Entretanto, começam a chegar à rádio locutores, técnicos e jornalistas. Um deles, José Ribeiro, passou a assegurar a emissão e escolheu uma

marcha⁷ para lançar o comunicado do MFA emitido às 6H45: “A life on the ocean wave” de Henry Russell, interpretada pela Band of The Royal Marines transforma-se no hino do MFA e outro dos símbolos sonoros da Revolução. Os comunicados do MFA foram sendo transmitidos aos microfones do RCP que durante o dia permaneceu ocupado e foi palco das primeiras conferências de imprensa improvisadas pelos capitães para a mídia nacional e para os correspondentes estrangeiros em Portugal. Foi também no RCP que se ouviram as comunicações intercetadas entre o Quartel-General da GNR, onde permanecia o governo sitiado, e os comandos fiéis ao antigo regime. Foi ainda no Rádio Clube que se anunciou formalmente a rendição do governo e foi feita a proclamação do MFA.

A Emissora Nacional seria ocupada pouco antes das 4H, não sofrendo a emissão alterações até às 7H, quando foi para o ar o Hino Nacional, seguido de um noticiário sem alusão ao que se estava a passar. Nesta estação o primeiro comunicado só seria lido às 8H30 por um locutor, sendo logo a seguir a emissão cortada e apenas retomada ao início da noite (SEREJO, 2001, p.77).

Ao longo do dia, vários repórteres da rádio saíram para as ruas para acompanharem os passos da Revolução, mas grande parte dessas reportagens não chegou a ir para o ar ou, então, foram transmitidas em diferido nesse dia e nos seguintes. É o caso das reportagens feitas pela equipa do programa ‘Limite’ da RR que, ao todo, gravou sete horas em bobines de fita magnética com capacidade para 40 minutos cada. Adelino Gomes⁸ explica que as dificuldades foram superadas muito em parte devido à localização do edifício da Rádio Renascença, muito próxima do epicentro das movimentações militares. Assim, um dos jornalistas que seguia os acontecimentos “ia a correr” à RR e trocava as bobines, levava as gravadas e trazia as novas prontas a gravar. Essas reportagens não chegaram a ser emitidas na íntegra. No dia seguinte à Revolução a Rádio Renascença ainda transmitiria algumas, mas a emissão foi interrompida. A explicação oficial é a de que havia receio de que os ouvintes pensassem que estaria em curso um contragolpe⁹. Excertos dessas sete horas foram compilados num disco em vinil que seria depois comercializado. É sobre essas gravações que incide a análise aqui apresentada.

⁷ Declarações de José Ribeiro à reportagem da SIC “Aqui posto de comando” de 2004

⁸ e ⁹ Adelino Gomes, jornalista e antigo repórter do programa ‘Limite’ in A Revolução Ouvida, em JPN “Dias 26 e 27 - as reportagens emitidas” publicado a 28 de abril de 2014

Estudo de Caso

A reportagem é um gênero de gêneros, talvez o mais flexível e aberto de todos (HERREROS, 1992, p.147). A reportagem em direto é um subgênero particular porque faz-se à medida que os acontecimentos se desenrolam, partilham o mesmo espaço e o mesmo tempo, é uma versão fugaz e imediata dos factos. Nela se chocam os dois extremos: “ o excesso de tempo sem matéria para narrar e a escassez de tempo pela rapidez com que tudo sucede” (HERREROS, 1992, p.166). Cabe ao repórter gerir as informações que vai recolhendo, narrar o que vê e sente, e conseguir perceber a dimensão do acontecimento e as suas repercussões.

O objeto deste estudo são as reportagens feitas no dia 25 de Abril de 1974 como se se tratasse de uma transmissão em direto. Os repórteres gravaram ao todo sete horas, mas uma vez que as reportagens não foram emitidas, selecionaram excertos que foram compilados uma versão em cd de 2 horas e 30 minutos São esses fragmentos que são analisados neste estudo. Na classificação de Herreros (1992, p.167) trata-se, portanto, de um subgênero de reportagem: a captada ao vivo e difundida em diferido com reelaboração, em que se selecionam fragmentos de uma realidade e se editam em sequência para conseguir um efeito maior da expressividade narrativa. O objetivo é eliminar momentos irrelevantes ou menos significativos e intensificar a narração do acontecimento.

As reportagens são de autoria dos jornalistas Adelino Gomes, Pedro Laranjeira, Paulo Coelho e João Paulo Guerra. Alguns destes jornalistas não estavam de serviço naquele dia ou naquela época porque tinham sido afastados dos programas por razões políticas, caso de Adelino Gomes que quando deu conta do movimento militar juntou-se aos que tinham sido seus colegas do programa Limite da RR que estavam a fazer a cobertura noticiosa dos acontecimentos. A dada altura pediu para ser integrado na equipa para poder, profissionalmente, testemunhar os passos da Revolução: “eu tive tanta inveja que me atrevi a dizer assim: vocês dão-me autorização que eu faça um bocadinho de reportagem? E eles passaram-me o microfone para a mão (...) e eu fique a fazer reportagem com eles.”¹⁰. Adelino Gomes acabaria por se transformar num dos repórteres históricos do 25 de Abril.

¹⁰ Declarações de Adelino Gomes ao programa “A visão dos jornalistas no 25 de Abril” na RR emitido a 23 de abril de 2014

Para análise do áudio foi criada uma grelha com parâmetros jornalísticos que teve em conta o tipo de reportagem e as fontes ouvidas. A categorização não obedece à clássica divisão dos géneros jornalísticos, da reportagem radiofónica ou da classificação do tipo de fontes, mas foi adequada às características do tipo de relato efetuado: o direto. A análise foi complementada com análise de conteúdo e, dado os sons serem excertos, a interpretação só é possível quando os dados são cruzados com testemunhos recolhidos em diversas plataformas e bibliografia publicados nos últimos 40 anos. O que aqui se apresenta é um estudo preliminar sobre a rádio no 25 de Abril de 1974.

O cd apresenta as reportagens numa lógica cronológica que guia o ouvinte pelo tempo e pelo espaço. Os relatos situam constantemente a hora e o local da reportagem de modo a construir uma história que obedece aos critérios jornalísticos e à estrutura da reportagem em direto que acompanha a par-e-passo os acontecimentos, isto é, não se inicia pelo que é notícia, mas pelo que está naquele momento a desenrolar-se perante os olhos e os ouvidos do repórter de rádio. Não é, por isso, surpreendente constatar a elevada predominância da ‘reportagem descritiva’ em que os jornalistas descrevem o que observam e vão sabendo. A ‘reportagem com entrevista’ é a segunda mais utilizada e é a categoria em que surgem as perguntas aos protagonistas do movimento militar, mas também aos populares que enchiam as ruas de Lisboa.

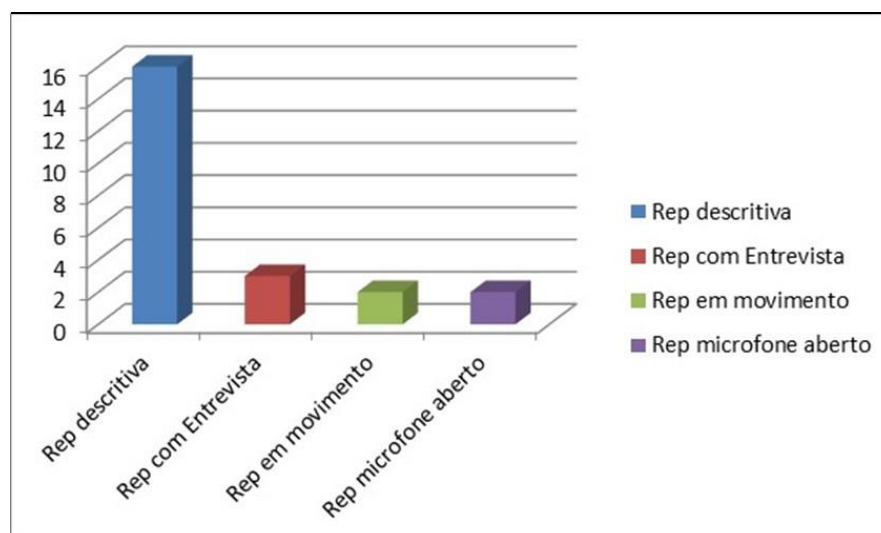


Fig.1 – Tipo de Reportagem

A ‘reportagem em movimento’ e a de ‘microfone aberto’ cruzam-se com frequência, mas têm características diferentes. Na primeira os repórteres vão descrevendo o caminho que percorrem e as suas próprias ações, como quando, por exemplo, sobem para um dos veículos militares em movimento para o acompanharem a um novo cenário da ação, e nesse percurso vão descrevendo o que veem e o que ouvem. A ‘reportagem de microfone aberto’ regista-se num determinado local em que os microfones captam conversas soltas, palavras de ordem, desabaços do cidadão anónimo que dão uma imagem da perceção popular sobre os acontecimentos e das suas expectativas em relação ao futuro.

Ao longo dos relatos há uma constante identificação do repórter com quem o rodeia e com quem o escuta, o jornalista tanto assume o seu envolvimento como testemunha como reassume a sua função de repórter em busca da informação objetiva: situa o local e a hora; entrevista; confirma informações; descreve o que vê e ouve, mas também o que sente: “Eu não tenho palavras” – dirá a dada altura Adelino Gomes – “pela primeira vez na minha vida como repórter de rádio...estou a ouvir as pessoas a falar a sério...sem peias...” – e de microfone aberto questiona – “O que é que quer dizer?”

Daí que, relativamente à categorização das fontes, os populares sejam os mais ouvidos, o que representa uma rutura em relação ao modelo noticioso anterior.

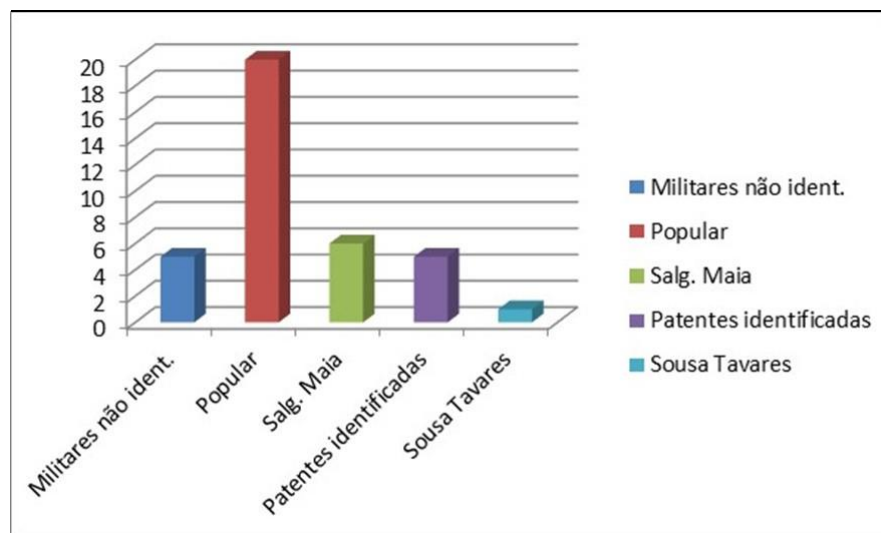


Fig.2 – Tipo de Fontes

Não raramente os repórteres assumem que sabem tanto como o povo que está na rua: “tão cheio de curiosidade como nós estamos...com tanta falta de informação como nós

estamos”. É entre o povo que muitas vezes procuram a informação ou cruzar diferentes informações até terem acesso a uma fonte mais oficial. Nesta categoria, sobressai o Capitão Salgueiro Maia que comandou a rendição do governo no largo do Carmo e que se tornaria num dos ícones da Revolução. Um dos repórteres, Adelino Gomes, tinha sido seu colega de escola, reconhecem-se¹¹, e o jornalista mantém com ele um contato próximo ao longo dos relatos. Outras patentes identificadas e militares não identificados têm valores idênticos.

A procura da informação objetiva e rigorosa é uma constante apesar dos repórteres reconhecerem a emotividade do momento e a dificuldade em conseguir confirmar as informações cruzando as diversas fontes como é apanágio do jornalismo. No entanto, Adelino Gomes relativa o facto evocando as características particulares da reportagem nestas circunstâncias: “Não há fontes independentes neste momento porque nós estamos no acontecimento (...), eu não preciso de confirmar que estão milhares de pessoas no Terreiro no Paço, não preciso de confirmar que aquele senhor é comandante”¹².

As fontes situam-se aqui num registo quase testemunhal em que muitas vezes o papel do repórter, dos cidadãos anónimos, e das fontes oficiais se fundem numa narrativa que é, sobretudo, espontânea, feita ao ritmo inesperado dos acontecimentos e, pela primeira vez em 40 anos, em total liberdade.

Considerações Finais

Como foi enunciado, este estudo representa um trabalho preliminar sobre uma época particularmente rica da história da democracia portuguesa e do papel da rádio nos acontecimentos. Pelos testemunhos e pelos registos radiofónicos é possível constar que o êxito dos militares está diretamente ligado ao papel desempenhado pelos radialistas e pelos jornalistas que desde a primeira hora aderiram à causa do MFA.

Para além da emotividade e das simpatias políticas, a relação entre os militares da Revolução de 1974 e a rádio reflete uma rutura no paradigma noticioso imposto pela

¹¹ Declarações de Adelino Gomes in A Revolução Ouvida, em JPN “Dias 26 e 27 - as reportagens emitidas” publicado a 28 de abril de 2014

¹² Declarações de Adelino Gomes ao programa “A visão dos jornalistas no 25 de Abril” na RR emitido a 23 de abril de 2014

ditadura. Por um lado, a gente da rádio desafiou claramente a censura e o regime repressivo, situação que não foi tão evidente na outra mídia. Por outro, o estudo de caso aqui apresentado revela igualmente uma grande transformação na cobertura noticiosa que viria a fazer escola em toda a era democrática. Os jornalistas procuraram, através do “falso direto”, construir uma informação exaustiva do fluxo de acontecimentos, quer pela construção de mediada, quer pela reprodução dos sons da revolução, das suas incertezas, medos alegrias e espontaneidade.

No plano da objetividade jornalística, houve sempre uma preocupação de remeter para o fato, o tempo e o local. A validação da notícia fez-se, como devia de ser, pelos testemunhos das fontes e pela procura de confirmação da informação. Aqui, a grande inovação foi o recurso maioritário às fontes anónimas. Mas a hierarquia das fontes jornalísticas foi igualmente respeitada, já que o principal ator dos acontecimentos, Salgueiro Maia, foi igualmente entrevistado, bem como outras patentes e personalidades. Por último, os jornalistas fizeram a avaliação do momento no momento, ainda que fazendo parte dele, com a noção clara de que estavam a presenciar e a reportar um evento histórico. Exemplo disso são as palavras de um outro repórter do 25 de Abril, Alfredo Alvela, aos microfones do RCP: “de microfone aberto, ouvindo a multidão, ruídos dos carros de combate em movimento...apenas o ambiente que podemos transmitir, porquanto as palavras de um homem não são nada perante a rodagem histórica de que estamos a ser testemunhas.”

Referências

BELL, A. **The Language of News Media**. Oxford: Blackwell, 1991.

CRISTO, D. **A rádio em Portugal** e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974). Coimbra: Minerva Coimbra, 2005.

FERREIRA, C. **Os media na guerra colonial**, a manipulação da Emissora Nacional como altifalante do regime. Coimbra: Minerva Coimbra, 2013.

HERREROS, M.C. **Generos informativos audiovisuales**. Madrid: Editorial Ciencia 3 Distribucion, S.A., 1992

LIMA, H. **Meios de Censura e Formas de Condicionamento do Jornalismo na Ditadura Portuguesa**. Revista Média & Jornalismo, Vol.12 nº 23, pp.165-188, 2013

MAIA, M. **Aqui emissora da liberdade**, Rádio Clube Português 04.26 25 de Abril de 1974. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

MAIA,M. **Telefonia**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1995.

RIBEIRO,N. **A Rádio Renascença e o 25 de Abril**. Lisboa: Universidade Católica de Lisboa, 2002.

SANTOS,S.C. **Da rádio estatal ao modelo integrado**, compreender o serviço público de radiodifusão em Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

SEREJO,F. Rádio - do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). Lisboa: Obercom, 2001, in: **Para a história da rádio em Portugal**, Observatório nº4, novembro 2001, p.65-95

SCHLESINGER, P. **Putting 'Reality' Together**, 2nd edition London: Methuen, 1987.

VIEIRA,J. **A nossa telefonia**, 75 anos de rádio pública em Portugal. Lisboa: RTP e Tinta da China, 2010.